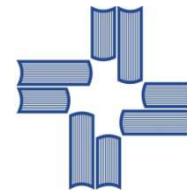




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE BIOLOGIA E QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



MARIA DO ROSÁRIO ARAÚJO ALMEIDA

**A INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

Cuité-PB
2018

MARIA DO ROSÁRIO ARAÚJO ALMEIDA

**A INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como parte integrante do requisito para obtenção do grau de Licenciada em Biologia.

Orientador: Prof. Dra. Deborah Dornellas Ramos

Cuité-PB
2018

A447i

Almeida, Maria do Rosário Araújo.

A inclusão no contexto da educação infantil: uma revisão integrativa /
Maria do Rosário Araújo Almeida. - Cuité-PB, 2018.
42 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas)
- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde,
2018.

"Orientação: Profa. Dra. Deborah Dornellas Ramos".

Referências.

1. Socialização na Educação Infantil. 2. Educação Infantil - Desafios. 3.
Direitos da Criança. 4. Educação Infantil - Necessidades Especiais. I.
Ramos, Deborah Dornellas. II. Título.

CDU 373.2(043)

MARIA DO ROSÁRIO ARAÚJO ALMEIDA

**A INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Unidade Acadêmica de Biologia e Química (UABQ), do Centro de Educação e Saúde (CES), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cuité, como requisito parcial para obtenção do Grau de licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovado em ____/____de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Deborah Dornellas Ramos
Orientadora (UFCG/CES)

Prof^a.Dr. Márcio Frazão Chaves
(Membro Titular - UFCG/CES)

Prof. Dr^a. Izayana Pereira Feitosa
(Membro Titular - UFCG/CES)

Prof^a.
(Membro Suplente - UFCG/CES)

Dedico este trabalho a meu filho Caio Hamon por estar sempre ao meu lado, a minha filha Cláudia Laís, que se não fosse por ela não estaria aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que eu chegasse até aqui, por me dar sabedoria, saúde, força e perseverança, por ter me dado a oportunidade de conhecer tantas pessoas maravilhosas, que me ajudaram a crescer. A minha mãe que sempre demonstra o orgulho que sente por mim, o que me incentiva a seguir em frente em busca dos meus objetivos.

Aos meus filhos tão queridos que amo muito Cláudia Laís e Caio Hamon por sempre me incentivarem e acreditarem em mim.

Ao meu esposo, José Cláudio pela compreensão e pela paciência nas noites de estudos.

As minhas colegas de curso Rizoneide, Paloma, Laura Sama e toda a turma 2012.1 por compartilharem conhecimentos, pelo companheirismo e pelos momentos de descontração.

A professora Dr^a. Deborah Dornellas, pela orientação, compreensão, competência e dedicação inigualável, o qual compartilhou seus conhecimentos sem medir esforços, e pela paciência do meu pouco tempo para encontrar com ela.

Agradeço por ter conhecido tantos profissionais que me ajudaram na minha formação e que servem como exemplo de profissionalismo, que nos ensinaram tanto. Agradeço pelas contribuições acadêmicas e pessoais dos professores Marcio Frazão e Izayana Feitosa pela seriedade nos ensinamentos e pela sua postura como docente, estes que são modelos a serem seguidos, são nossos amigos, sempre no propósito de auxiliar. Agradeço por todos os ensinamentos.

A toda a minha família que sempre me incentiva a buscar conhecimentos.

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse subir mais esse degrau na minha vida. Agradeço a todos.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
(Cora Coralina)

RESUMO

Na atualidade a inclusão na educação infantil, se faz necessária para que os direitos das crianças com necessidades especiais sejam garantidos. É direito de todos ter acesso a uma educação de qualidade, e assim, poder participar ativamente da vida em sociedade. Considerando a relevância da abordagem da inclusão na educação infantil é de grande a importância o papel da escola no desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para esse tema. Diante do exposto, a presente pesquisa propôs realizar uma revisão integrativa de publicações relativas às temáticas inclusão e educação infantil, considerando como estas têm sido contempladas nos estudos publicados no Brasil nos últimos dez anos. Realizou-se um estudo de abordagem qualitativa descritiva, do tipo Revisão Integrativa da Literatura (RIL) cuja construção e execução aconteceu através de uma busca por artigos por meio do portal de periódicos CAPES/ MEC, utilizando como critérios de inclusão: estar publicado no idioma português, disponível na íntegra e ter sido publicado nos últimos dez anos (2008 a 2018). Após a análise feita, percebe-se que instituições de educação infantil não estão preparadas para receber o aluno com deficiência, há problemas no espaço físico, material e humano. Professores e diretores não se sentem preparados para atender os alunos com NEE, a formação acadêmica não prepara o professor para a prática em sala de aula. É no cotidiano escolar que surgem as estratégias para melhorar o ensino nessa categoria de ensino. As possibilidades de aprendizagem dessas crianças são um desafio na inclusão. A participação da família no cotidiano escolar da criança contribui para o seu desenvolvimento. A socialização é vista como principal contribuição na inclusão.

Palavras-chave: Socialização, desafio, direitos da criança, necessidades especiais.

ABSTRACT

At present, inclusion in early childhood education is necessary to guarantee the rights of children with special needs. It is the right of everyone to have access to quality education, and thus, to participate actively in society. Considering the relevance of the inclusion approach in early childhood education, the role of the school in the development of educational activities focused on this theme is of great importance. In view of the above, the present research proposed to carry out an integrative review of publications related to the inclusion and early childhood education themes, considering how they have been contemplated in studies published in Brazil in the last ten years. A descriptive qualitative study of the type Integrative Review of Literature (RIL) was carried out, whose construction and execution was done through a search for articles through the CAPES / MEC journals portal, using as inclusion criteria: to be published in the language Portuguese version, available in its entirety and published in the last ten years (2008 to 2018). After the analysis, it is noticed that early childhood education institutions are not prepared to receive the student with disabilities, there are problems in physical, material and human space. Teachers and principals do not feel prepared to meet students with SEN, academic background does not prepare the teacher to practice in the classroom. Strategies to improve teaching in this category of education are in everyday school life. The learning possibilities of these children are a challenge in inclusion. The participation of the family in the daily life of the child contributes to its development. Socialization is seen as the main contribution to inclusion.

Keywords: Socialization, challenge, children's rights, special needs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição do número de artigos encontrados.....	26
Tabela 02: Revistas que foram publicadas os artigos utilizados na pesquisa.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa referente ao ano de publicação.....	27
Gráfico 2: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa referente a região do Brasil que foi publicado.....	28
Gráfico 3: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa de acordo com a modalidade de estudo.....	29

.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	- Centro de Educação e Saúde
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	- Organização das Nações Unidas
PB	- Paraíba
PPC	- Proposta pedagógica curricular
PNE	- Plano Nacional de Educação
RCNEI	- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
RIL	- Revisão Integrativa da Literatura
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS.....	15
2.1 Objetivo geral	15
2.2 Objetivos específicos	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 Um pouco da história da inclusão	16
3.2. A educação e a política de inclusão no Brasil	18
3.3 As Políticas de Inclusão e a Educação Infantil.....	20
3.4 A aprendizagem e a inclusão social da criança na Educação Infantil	22
4 METODOLOGIA.....	24
4.1 Tipo de pesquisa	24
4.2 Universo e Amostra.....;	24
4.3 Coleta de Dados.....	25
4.4 Análise dos dados.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7 REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais vem sendo discutido com muita intensidade, o que evidencia a importância das escolas se prepararem para poder oferecer oportunidades para que essas pessoas possam se inserir na vida social e acadêmica.

A escola tem um papel fundamental na formação integral do indivíduo, o que ocorre mediante suas relações, o contato com os amigos, travar novos relacionamentos e na interação com os outros. Ressalta Junior (2010, p.11) “É nela que efetivamente o indivíduo passa a interagir socialmente, conhecendo, nos primórdios de sua formação, um grupo de pessoas diferente daquele com o qual habitualmente ele convive, a sua família”. Diante disso, é necessário que as instituições estejam preparadas para dar este suporte a quem precisa de recursos diferenciados, que variam de acordo com suas necessidades educacionais específicas.

Para se perceber quais são os benefícios de uma escola que busca situações de inclusão, tanto na perspectiva dos próprios alunos, quanto na perspectiva de pais e professores, se faz necessário perceber que a pessoa com necessidades educacionais especiais se beneficia das interações sociais e da cultura na qual está inserida, sendo que essas interações, se desenvolvidas de maneira adequada, serão propulsoras de mediações e conflitos necessários ao desenvolvimento pleno do indivíduo e à construção dos processos mentais superiores (VYGOTSKY, 1987, apud SILVA, 2010).

A educação infantil nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 como a primeira etapa da Educação Básica juntamente com a Pré-Escola, trouxe um novo significado para as creches deixando de ser apenas um local para abrigar as crianças e passando a ter a finalidade de educar e auxiliar no desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A LDBEN destaca como educação especial a modalidade escolar para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ainda destaca que esses alunos sejam atendidos preferencialmente na rede regular de ensino. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A batalha por um local seguro para as famílias deixarem suas crianças enquanto são pequenas e desprotegidas é bastante antiga, mesmo quando não existia um olhar voltado para a importância de luta pelos seus direitos e pela necessidade das mulheres se inserir no mercado de trabalho. Inicialmente as creches foram criadas apenas com esse objetivo, mas diante das leis voltadas para a Educação infantil, a creche e a pré-escola tornou-se mais bem vista pelas famílias e pela sociedade e a procura por matrículas aumentou, a educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação escolar de um indivíduo tornando-se um complemento da educação que deverá ser recebida pela família.

A convivência com outras crianças da mesma idade é muito importante para o desenvolvimento do indivíduo, é nos primeiros anos de vida que a criança começa a formar sua personalidade e sua subjetividade. Diante disso, se a criança não for aceita por falta de vagas ou por não existir uma pessoa capacitada para atendê-la, será a primeira exclusão na sua vida independentemente dela ter necessidades educacionais especiais ou não. De acordo com Sousa (2012), “A primeira infância é um lócus excepcional, este é o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória”. A inclusão dentro da educação infantil é um tema que necessita ser discutido, para que a população como um todo possa se informar e saber lidar com as várias situações cotidianas, dentro e fora do ambiente escolar, pois, a criança com necessidades especiais educacionais só será incluída quando ela for tratada com naturalidade dentro do espaço de aula regular.

Diante dessa realidade, é essencial que a inclusão no ambiente escolar se inicie desde a Educação Infantil, que é um local no qual as crianças terão contato com diversas situações que provavelmente não acontecerão no âmbito familiar. Apesar da inclusão no ensino ser um tema já bastante debatido, um estudo voltado para uma análise do material disponibilizado em periódicos sobre essa temática, voltada para a educação infantil, se faz de grande relevância no campo acadêmico e social.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Realizar uma revisão integrativa de publicações relativas às temáticas “inclusão” e “educação infantil”, considerando como estas têm sido contempladas nos estudos publicados no Brasil nos últimos dez anos.

2.2 Objetivos específicos

- ✓ Analisar como a temática da inclusão tem sido contemplada nos estudos que abordam a educação infantil;
- ✓ Examinar, mediante os documentos escritos, como pode ser visto o cenário brasileiro no que tange à inclusão na educação infantil.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Um pouco da história da inclusão

Um dos pontos bastante discutido, mas que ainda necessita ser mais desenvolvido é o termo inclusão escolar, que nada mais é do que inserir todos os indivíduos no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas, entretanto, este termo é mais associado à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e/ou mental. A educação, como uma prática social, é bastante importante para as pessoas, dando ênfase para as pessoas com deficiência que ainda nos dias de hoje são privados da educação, sejam por professores, diretores ou outros.

Segundo Mendes (2006), a escola especial iniciou-se com a temeridade de pedagogos e médicos no século XVI, enfrentando os conceitos que os deficientes deveriam estar confinados em um ambiente que o separasse do restante da sociedade e que algumas vezes havia a consideração de serem ineducáveis, pois a sociedade rejeitava ou discriminava para não haver preocupações em relação à inserção social e a educação dos mesmos.

Essas escolas especializadas eram as principais responsáveis pela inclusão de todos os indivíduos na comunidade escolar e conseqüentemente, na sociedade, entretanto, apesar de ser um tópico que vem sendo mais discutido nas entidades e mídias atuais o seu avanço ainda é lento principalmente na quebra de preconceitos com quem possui alguma deficiência, muitas escolas até se negam a aceitá-los.

Pode-se dizer que a forma como a sociedade interage com a pessoa com deficiência está ligada a questões culturais destas mesmas, até diante da sala de aula a educação do indivíduo com deficiência pode ter certa exclusão.

Na segunda metade do século XX, as políticas educacionais eram baseadas na segregação, as crianças e jovens com alguma deficiência deveriam sim ter educação, mas de forma isolada, sendo impedidos de ter acesso a escola comum, e quando conseguiam serem inseridos nessas escolas comuns eram isolados por salas de aula, iniciando de toda forma uma certa discriminação que foi justificada devido a crença que realmente estes jovens seriam bem atendidos em suas necessidades educacionais, impossibilitando qualquer tipo de inclusão no ambiente escolar como um todo, ou seja, apenas foi criado um sistema paralelo ao sistema educacional geral como

discutido por Mendes, (2006, p.388): “Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação.”

Assim, houve a unificação dos dois sistemas educacionais, buscando a ideia de normalização, o qual o deficiente deveria ter uma participação ativa nas atividades escolares e também buscar modos de vida parecidos/iguais aos da sociedade por meio da inclusão social e isso não só ajudaria aos portadores de deficiências, mas também aos colegas de sala que não tinha deficiências, ajudariam a aceitar as diferenças pela convivência com os colegas e promover atitudes de aceitação para suas limitações e potenciais, já para os benefícios para os alunos com deficiência seria poder ter um ambiente que pudesse observar e aprender com os alunos, ter uma interação num ambiente de aprendizagem que poderia conhecer e superar desafios, viver em contextos do dia-a-dia sem privações podendo promover aprendizagens significativas. Essa proposta de base escolar foi influenciada pelos movimentos sociais pelos direitos humanos na década de 1960, o que auxiliou a sociedade desmistificar a deficiência das pessoas (MENDES, 2006).

Algumas declarações internacionais foram referências primordiais para a educação inclusiva no Brasil, como por exemplo, a Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia em 1990 com a Declaração de Jomtien e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco. A declaração da Tailândia, a Declaração sobre Educação para todos, satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, o principal objetivo era fornecer definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem que cada pessoa (criança, jovem ou adulto) deve satisfazer aprendizagem necessária para sobreviver, desenvolver potenciais, participar, desenvolver e melhorar a qualidade de vida. Por último, também conhecido como a Declaração de Salamanca, o documento elaborado em 1994, teve como objetivo desta conferência fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com a base de inclusão social para todos com necessidades especiais (BREITENBACH; HONNEF; TONE, 2008; HEREDERO, 2010; ROGALSKI, 2010; PEREIRA; MATSUKURA, 2013).

Devido às novas informações dadas pela declaração de Salamanca, houve uma nova definição para necessidades educacionais especiais, que agora, que é definida como toda criança que não esteja se beneficiando com a escola, seja por qualquer motivo. Assim, houve a mudança da expressão “indivíduo portador de deficiência” para “indivíduo com necessidades educacionais

especiais (NEE)”, termo que engloba tanto alunos portadores de deficiência como também aqueles com dificuldades de aprendizagem (PEREIRA; MATSUKURA, 2013).

3.2. A educação e a política de inclusão no Brasil

A inclusão só se tornou assunto em destaque a poucas décadas, só então se deu início a elaboração de documentos oficiais relacionados ao termo inclusão na educação, com isso o número de alunos com algum tipo de deficiência aumentou muito no ensino regular. De acordo com orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2015), com relação aos dados da educação especial, o Censo Escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 843.342 em 2013, expressando um crescimento de 150%.

Após a homologação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), as pessoas que tinham alguma deficiência passaram a ter pelo menos a lei que a defendesse, por mais que a sociedade e até a própria família os rejeitem de alguma forma. A lei defende que as pessoas independentemente de que cor, classe social, ou qualquer outra diferença que seja física ou intelectual devem ter direitos iguais e estabelece: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Artt.3º). Ainda defende que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

A partir de 1989 se a escola rejeitar um aluno com qualquer deficiência impedindo dele ser inserido na comunidade escolar e se integrar na sociedade estará cometendo uma infração que poderá responder judicialmente. “Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa” (BRASIL, 1989, ART. 8º).

Mas foi a partir de 1990, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, defendendo que é necessário haver uma atenção especial para que o portador de deficiências obtenha o básico para sua aprendizagem, de acordo com suas necessidades educacionais. “É

preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (BRASIL, 1990, Art.3º).

Em 1994, a inclusão teve um apoio mais abrangente, com objetivos mais concretos, que chamou a atenção de uma forma mais determinante, pela importância do documento que foi promovido pelo governo da Espanha, em parceria com a UNESCO, “[...]um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo, foi intitulada a Declaração de Salamanca, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos. ” (SANTOS; TELES, 2012, p.81) em meio a uma assembleia representado muitas pessoas, vários países e organizações internacionais, um documento que alavancou muitos debates, posiciona-se favoravelmente aos princípios de educação inclusiva em classes regulares, apontando seus benefícios sociais. Ainda evidencia que a criança só deve permanecer na sala ou escolas especiais se for de extrema necessidade:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), define que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades, facilitando a aprendizagem de quem por algum motivo tem dificuldade de aprendizagem; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados, com isso não irá necessariamente frequentar aula com crianças de idades diferente da sua (BRASIL, 1996, Art. 59).

Outras leis mais recentes são 2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela ONU e da qual o Brasil é subscritor. Ela determina que os Estados Partes assegurem as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (BRASÍLIA, 2009, Art.24).

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2011, um projeto de lei que ainda está em tramitação, foram definidas metas para serem alcançadas em dez anos, na meta 4 destaca-se que pretende: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, (BRASIL, 2011)

As leis que estão em vigor defendem o direito da criança com necessidades educacionais especiais de frequentar o ensino regular escolar, mas na educação infantil não existe uma lei que imponha o mesmo, com isso a educação infantil não é foco nos parâmetros legais pelo menos no que se trata de colocar em prática no vigor da lei, implementar nos aspectos (SPEROTO, 2012).

As leis que enfatizam a educação infantil ainda são mais recentes que as do ensino regular de uma forma geral. Embora seja muito importante para o desenvolvimento da criança, que é nessa fase que vai se iniciar a formação de sua personalidade e do seu intelecto.

“A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado” (BARROS, 2008).

3.3 As Políticas de Inclusão e a Educação Infantil

Até 1987 no Brasil, as crianças com até 7 anos de idade não tinham direito garantido em lei à educação, só a partir da Constituição Federal de 1988 a criança de zero a seis anos tem o direito estabelecido em creches e pré-escolas. “A partir daí a educação infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social, passando então a integrar a política nacional de educação” (ELEOTERO, 2011, p.14).

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), que mobilizou vários países. A educação e o cuidado na primeira infância estão tendo um convênio com assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo o mundo (BARROS, 2008).

Baseada nos documentos que já existem, foi decretada e sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, no Art.4º. § 3º, defendendo que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. O que favorece os pais que trabalham e precisam de um local para deixar seus filhos em segurança e não ter gastos adicionais, se a criança for matriculada em um órgão público, em creche ou entidades equivalentes ou na pré-escola.

A LDB no art.29 defende que a instituição irá complementar a ação da família e da comunidade nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

É necessária uma política educacional efetiva, com propostas pedagógicas voltadas para o ensino e a preparação do profissional, pois o professor vai precisar lidar com a criança com deficiência educativa escolar da forma mais adequada e lhe atribuir aulas que irão de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada um.

No ensino em geral, é necessário que haja organização e entendimento por parte do professor, que é quem atua diretamente com o aluno, ele precisa ter a sensibilidade de apoiar a criança que tiver alguma deficiência e de uma forma inteligente, incentivar as outras crianças a entender e aceitar as diferenças, mostrando que ser diferente é normal e na educação infantil o papel do professor é ainda mais importante do que nos anos subsequentes.

Após ser defendida a inclusão no ensino regular pelas leis brasileiras, aumentou significativamente as matrículas na educação infantil de crianças com deficiências, como destaca a autora Rita de Biaggio: “O impacto da política de inclusão na educação infantil pode ser medido pelo crescimento das matrículas entre 2002 e 2006” (REVISTA CRIANÇA, 2007, P19). Esse crescimento não aconteceu do acaso, mas foi depois de muitas batalhas da sociedade brasileira.

Mas, estudos de 2008, mostravam que no contexto da educação infantil, as matrículas concentram-se nas escolas/classes especiais que registram 89.083 alunos, enquanto apenas 24.005 estão matriculados em turmas comuns (BRASIL, 2008).

Após a LDB foram homologadas outras leis muito importantes para a inclusão, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998), de acordo com esse documento as pessoas que apresentam necessidades especiais (com deficiência mental, auditiva, visual, física e deficiência múltipla e com altas habilidades) contam 10% da população brasileira e em sua grande maioria, já sofreram algum tipo de discriminação, sendo excluídos da sociedade e impossibilitados de crescimento por meio de experiências com o convívio com outras pessoas (menos de 3% têm acesso a algum tipo de atendimento).

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade e a equidade e a solidariedade (BRASIL, 1998, p.35).

A UNESCO tentando uma melhora na educação, convocou representantes de diversos países para um Fórum Mundial de Educação, na cidade de Incheon, Coreia do Sul em 2015, diante de uma visão de transformar vidas por meio da educação com os novos objetivos que buscando o compromisso de lutar pela Educação inclusiva justa e de qualidade para Todos, iniciado em 1990, na Conferência de Jomtien, e na sequência atualizado em 2000, no Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar.

Esse fórum foi feito com o intuito de assegurar educação equitativa, inclusiva de qualidade e aprendizagem ao longo da vida para todos e não ser privilégio de poucos, acesso e aprendizagem equitativa, particularmente para meninas e mulheres; uma educação inclusiva não apenas responde e se adapta a cada estudante, quanto mais um indivíduo estuda, mais ele compreenderá a cultura que está inserido e assim passa a respeitar tanto a sua quanto as outras culturas; educação de boa qualidade, provisionada por professores treinados e apoiados, é direito de todas as crianças, jovens e adultos; toda pessoa, em toda a etapa de sua vida deve ter oportunidades de educação ao longo da vida para adquirir conhecimentos e capacidades de que necessitam para realizar suas aspirações e contribuir com suas sociedades.

Ainda que exista o preconceito de muitos em relação aos deficientes, mas as leis como proteção e defesa destes, ajudam a inserir de uma forma mais efetiva, diminuindo a apreensão da família e melhorando a visão da sociedade, em qualquer idade a pessoa com deficiência é alvo de preconceito, sendo assim quanto mais cedo for trabalhado a questão do preconceito entre as pessoas mais haverá o respeito humano desejado por todos que sejam sensíveis ao assunto.

3.4 A aprendizagem e a inclusão social da criança na Educação Infantil

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), referente às creches, entidades equivalentes e pré-escolas, ressalta que devem ser consideradas as particularidades da faixa etária, compreendida entre zero e seis anos e suas formas específicas de aprender. As instituições devem inserir currículos, que irão promover a elaboração de conhecimentos e de diferentes linguagens, a construção da identidade, os processos de socialização e o desenvolvimento da autonomia das crianças que propiciam, por sua vez, as aprendizagens consideradas essenciais. Cabe ao professor, junto com a instituição escolar, pesquisar o currículo de acordo com a idade dos alunos e adaptar se necessário, de acordo com as necessidades educacionais de cada criança independente de qual seja.

Segundo Brito (2015), para educar crianças com deficiência, é necessário promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta inserção na sociedade. O ambiente que ela faz parte irá conduzir o desenvolvimento intelectual e afetivo, e a creche ou a pré-escola deve instruí-la e conduzir ao conhecimento da realidade existente na sociedade, proporcionar um saber da humanidade e das relações que a cercam.

A autonomia da criança vai depender da sua aprendizagem e de como o (a) professor (a) irá se comportar diante das dificuldades que o aluno terá de se envolver com as aulas, com as outras crianças e adultos envolvidos no contexto escolar. Ressaltam Marchiori e França (2015, p.298), as práticas inclusivas que acompanham esses indivíduos nos primeiros anos de vida necessitam incorporar o cuidado com os sujeitos crianças, oferecer uma educação que ultrapasse as questões clínicas desenvolvimento de cada um, buscando estratégias de ensino que envolvam e chame a atenção de todos os alunos independentemente de sua dificuldade.

Diante da realidade atual, o educador deve estar sempre se aperfeiçoando, independente de qual idade ele esteja atuando, se é lei e o aluno com qualquer deficiência tem o direito de estar inserido em sala regular, conseqüentemente o professor precisa estar capacitado para a função, por meio de especializações ou outras fontes possíveis de acesso. O professor precisa confiar na sua capacidade de ultrapassar barreiras independentemente de quais sejam. “Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, (BRASIL, 1998, p.47).

Brito (2015), afirma que, os profissionais das escolas necessitam observar os progressos que a criança vai conquistando, do ponto de vista da própria criança. No seu artigo ela ainda descreve que: “É preciso analisar o processo desde seu ingresso na escola, como a criança se portava e o que passou a ser capaz de realizar” (BRITO.2015, p.86).

“Portanto, é importante frisar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social, nas quais conflitos e negociação de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis” (BRASIL, 1998, p.31).

“Incluir alunos com deficiências ou necessidades educativas especiais no sistema de educação infantil requer um currículo especial, ajustes e algumas modificações curriculares que propiciem o avanço no processo de aprendizagem” (ELEOTERO, 2011, p.12).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

Este estudo caracteriza-se por ser de abordagem qualitativa descritiva, do tipo Revisão Integrativa da Literatura (RIL), que, segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), permite a síntese de estudos publicados e possibilita conclusões de uma particular área de estudo, além de apontar lacunas do conhecimento que necessitam de novos estudos.

É possível, a partir da revisão integrativa, ter acessos a diferentes trabalhos publicados no Brasil, possibilitando um entendimento melhor e agilidade na percepção do conhecimento por agrupar, em um único trabalho, estudos oriundos de publicações recentes acessados mediante portais eletrônicos considerados “seguros” enquanto fontes de pesquisa no meio acadêmico, sobretudo, no que diz respeito às publicações de acesso on-line. “A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto” (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p.103-104).

A revisão integrativa foi elaborada na seguinte sequência: estabelecimento da hipótese ou questão da pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações que serão selecionadas dos artigos para ser abordada na pesquisa; interpretação e análise dos resultados; apresentação dos resultados e discussão (VENTURA; PAULETTI, 2011).

4.2 Universo e Amostra

A busca pelo material analisado foi feita por meio do portal de periódicos CAPES/ MEC. Para a delimitação da amostra, foram utilizados como critérios de inclusão: estar publicado no idioma português, disponível na íntegra e ter sido publicado nos últimos dez anos (2008 a 2018), o que refinou a pesquisa. Foram excluídos os artigos indisponíveis na íntegra, os que não contemplavam os temas escolhidos para fazer parte da pesquisa e os que não foram originários de pesquisas realizadas no Brasil.

4.3 Coleta de Dados

A coleta de dados iniciou-se em junho de 2018, com base na seguinte questão norteadora: “Qual o conhecimento produzido na literatura acerca da inclusão na educação infantil nos últimos dez anos?”. Para busca dos artigos, a estratégia consistiu em utilizar o indicador “busca avançada”, a partir dos seguintes descritores: “Inclusão” AND “educação infantil”.

4.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2006) consiste em um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante mudança e aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Esse método de análise aborda iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o intuito de realizar deduções lógicas e justificadas.

Para organização e consecução da análise são necessárias algumas etapas, divididas em três fases: 1) A etapa da **pré-análise**, que compreende a organização do material a ser analisado, tendo como fundamento a realização de quatro processos: a leitura fluente, a escolha dos documentos (seleção do que será analisado), a formulação de hipóteses e objetivos (afirmações provisórias, que o pesquisador se propõe a verificar) e a elaboração de indicadores. 2) A etapa de **exploração do material**, compreende a codificação do material e a definição das categorias de análise. Essa etapa é fundamental pois é nela que são realizadas as interpretações e inferências iniciais. Na formulação das categorias, ressalta-se que o pesquisador deve se ater ao critério exclusividade, a fim de que um elemento não seja classificado em mais de uma categoria. 3) por último, na etapa de **tratamento dos os resultados, inferência e interpretação**, ocorre a condensação e a análise dos dados propriamente dita, sendo o momento em que o pesquisador faz uso da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Os artigos selecionados (treze artigos), foram impressos e lidos na íntegra. Destaca-se que, na análise dos dados, estes foram comparados item por item e categorizados de acordo com suas similaridades. Posteriormente, foram dispostos em tabelas e discutidos conforme a literatura pertinente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após feito a pesquisa, foi possível realizar uma síntese do conhecimento produzido sobre a temática, e assim ter um entendimento básico de acordo com os artigos encontrados, como os profissionais da educação se comportam perante as crianças com necessidades educativas especiais, qual o posicionamento dos professores e técnicos e todos que compõem o sistema educacional referente a inclusão e a educação infantil.

Para tanto, buscou-se publicações que contivessem no título os descritores: “inclusão AND “educação infantil”, a partir dos quais foram obtidos os seguintes resultados: 17 artigos na íntegra, sendo 13 artigos na DOAJ, 1 artigo na Wiley Online Library, 1 artigo no Repositório Institucional PUCRS, 1 artigo na UNOPACHECÓ e um artigo e na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Por conseguinte, a tabela 01 abaixo, ilustra a quantidade de artigos encontrados (17), os quais fizeram parte do universo da pesquisa e aqueles que compuseram a amostra (13 artigos).

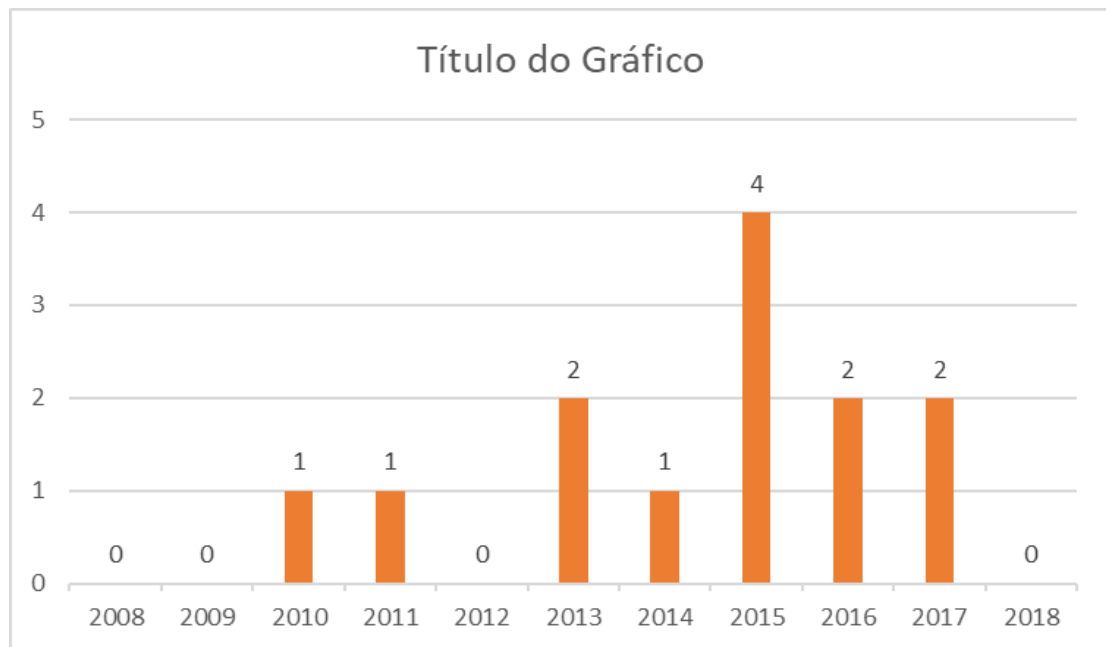
Tabela 01: Distribuição do número de artigos encontrados.

Inclusão AND educação infantil		
Base de dados	Artigos encontrados	Artigos selecionados
WILEY ONLINE LIBRARY	1 artigo	1 artigo
REPOSITÓRIO PUCRS	1 artigo	1 artigo
DOAJ	13 artigos	9 artigos
SCIELO	1 artigo	1 artigo
UNOPACHECÓ	1 artigo	1 artigo

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A amostra foi constituída por 13 publicações, que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos e que foram publicados entre os anos de 2008 e 2018.

Gráfico 1: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa referente ao ano de publicação

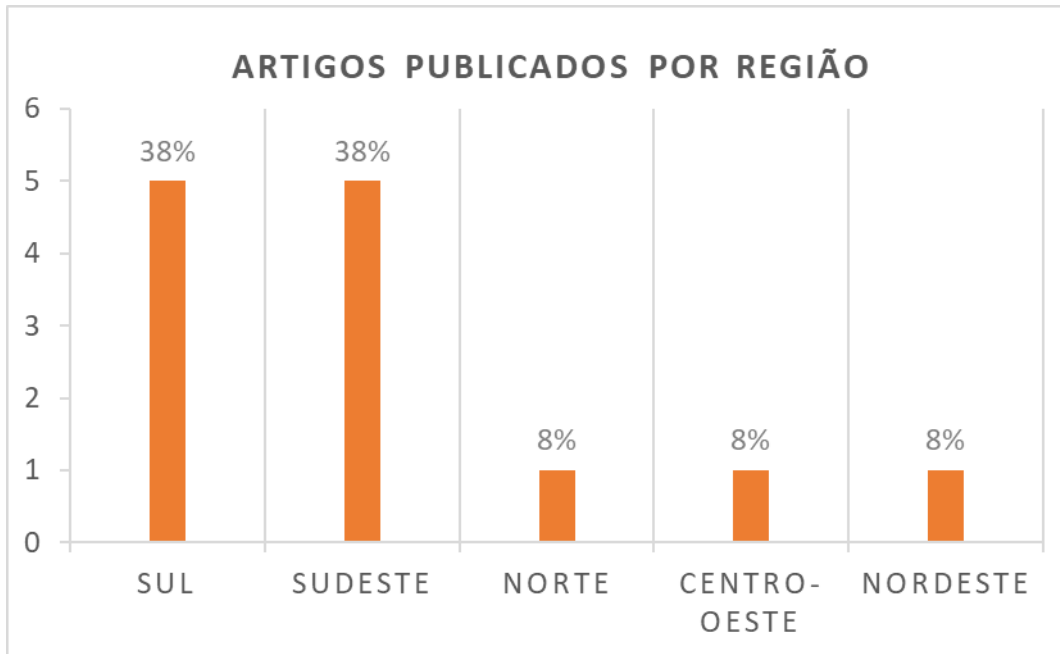


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O gráfico 1 mostra que as datas iniciais referentes a pesquisa, 2008 e 2009 não foram publicados nenhum artigo, nota-se que só nas datas mais recentes teve um aumento nas publicações, em 2015, com 4(quatro) publicações, contando 31% dos artigos encontrados, provando a literatura, que os estudos referentes a educação infantil é recente e aos poucos está aumentando o interesse pelo assunto.

Os artigos utilizados na pesquisa foram publicados em 5(cinco) regiões do Brasil como mostra no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa referente a região do Brasil que foi publicado.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com o gráfico 2, o maior índice de publicações dos artigos que foram incluídos na pesquisa, foram nas regiões Sul e Sudeste, com 38% em cada região, somando 76% das publicações.

Tabela 2: Revistas que foram publicadas os artigos utilizados na pesquisa

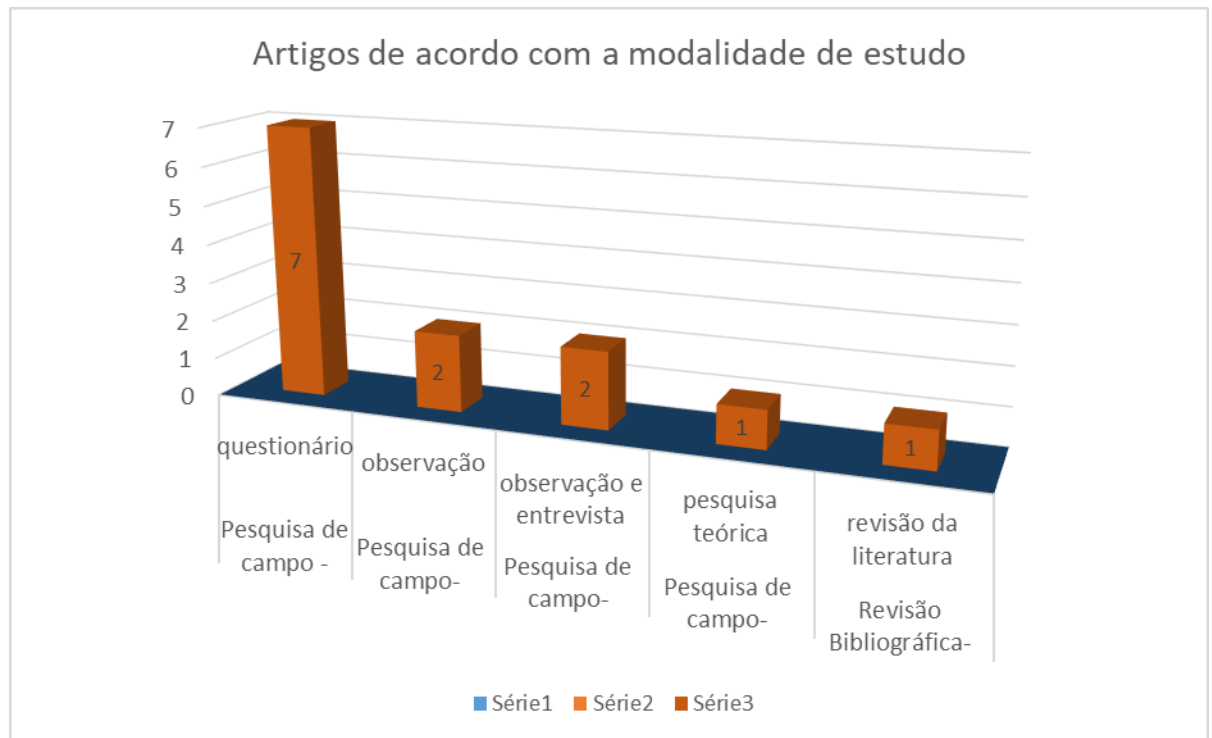
REVISTAS	
Revista Educação Especial	2
Educação e Pesquisa	1
Revista Contemporânea de Educação	1
Estudos de Psicologia(Natal)	1
Política e Gestão Educacional	1
Zero-a-seis	1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	1
Revista Brasileira de Educação Especial	1
Revista de Gestão e Avaliação Educacional	1
Eventos Pedagógicos	1
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul	1
Pedagógica: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como exposto na tabela 2, apenas a Revista Educação Especial teve 2(dois) artigos publicados, as outras publicações foram feitas um artigo por revista.

Pesquisas realizadas que determina os tipos de pesquisas que são mais publicadas: dos treze inseridos na pesquisa, todos foram por meio de abordagem qualitativa, sendo 12 (doze) por meio de pesquisa de campo, desses, 7 (sete) foram por questionário semiestruturados dirigidos aos responsáveis pelo processo de inclusão, equipe diretiva e/ou docentes e/ou pais. 2 (dois) por observação, 2 (dois) observação e entrevista, 1 (um) pesquisa teórica por meio de avaliação 1 (um) por meio de pesquisa bibliográfica, como pode-se observar no gráfico a seguir.

Gráfico 3: Distribuição dos artigos inseridos na pesquisa de acordo com a modalidade de estudo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a pesquisa feita, o maior número de publicações por modalidade de estudo, foi por meio de questionário semiestruturado, o que demonstra mais de 50% dos artigos.

Após a análise qualitativa do material pesquisado, acerca da inclusão na educação infantil surgiram as seguintes categorias: **Categoria I:** *perfil das instituições diante da educação inclusiva;* **Categoria II:** *Desafios para a atuação dos professores na perspectiva da educação inclusiva;* **Categoria III:** *Estratégias para favorecer a inclusão das pessoas com NEE;*

Categoria I: *perfil das instituições na perspectiva da educação inclusiva;*

Realizou-se uma análise de conteúdo dos artigos, que deu origem as seguintes subcategorias:

I- A escola e a distância do ideário de inclusão: Essa subcategoria compreende as afirmativas que remetem ao despreparo das instituições de educação infantil para a atuação em uma perspectiva inclusiva, sobretudo no que tange às limitações em termos de espaço físico e acessibilidade, além de recursos materiais e humanos. Exemplos: “O problema de recursos humanos, físicos e materiais [...] para a educação inclusiva é reflexo de uma política governamental que atinge a educação como um todo.” (DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010, p.426) “[...]u A inclusão escolar para ser realizada com sucesso tem que procurar atender as necessidades físicas, materiais e humanas”. (BRITO, 2015, p. 88). “[...]A ausência de capacitação das escolas e principalmente a dos professores reforça o despreparo institucional e profissional, deixando cada vez mais distante o ideário de inclusão e igualdade de direitos.” (OLIVEIRA, 2017, p. 500-501). “A concepção de inclusão no espaço da escola é algo muito mais amplo, que envolve a reestruturação dos espaços físicos” (BRITO, 2015, p.89). “São vários fatores que dificultam esse processo de inclusão: escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores,” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p. 1428).

II- Gestão escolar diante da inclusão: foram reunidos nesta subcategoria artigos que mostram a necessidade da equipe diretiva buscar melhorias na escola para receber o aluno especial, para tanto, é necessário utilizar dos dispositivos legais para garantir os direitos de seu alunado. De acordo com a pesquisa feita algumas diretoras que atuam nessa faixa etária demonstram que não se sentem preparadas para trabalhar com as crianças com NEE, o conhecimento que elas têm era superficial sobre inclusão, diante disso as mesmas se mostraram mais preocupadas com os aspectos práticos, que teóricos. A formação continuada de professores e gestores se faz necessário pela importância de ter o conhecimento necessário para incluir o aluno verdadeiramente. Os exemplos que seguem mostram que os autores dos artigos pesquisados definem a importância do diretor atuar de forma que possa melhorar o atendimento ao aluno com NEE: “É através das ações do diretor

que serão articuladas estratégias para facilitar o trabalho de profissionais da educação[...] sobre a questão da inclusão.” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p. 1428). “ As diretoras de creche se mostraram mais preocupadas com os aspectos práticos, que teóricos, pois atendiam crianças com necessidade educacional especial, mas não se sentiam preparadas para tal tarefa” (PEREIRA; MATSUKURA, p. 140). “[...]a gestão da escola tem um papel importante para que essa inclusão aconteça” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p.1428).

III- Educação sem discriminação: inclui artigos que apresentam a importância da educação acontecer cada vez mais cedo, para possibilitar uma sociedade mais igualitária priorizando a possibilidade de receber o aluno sem resquícios de discriminação. Embora seja evidente que a inclusão das crianças com deficiência na escola é um processo lento que necessita investimento. Diante disso são necessários ajustes metodológicos e adaptações para dar resposta as demandas nessa faixa etária da educação inclusiva como mostra os exemplos dos autores dos artigos estudados: “A instituição escolar deve repensar seu modo de agir e consolidar-se como um ambiente propício e favorável a desconstrução de toda e qualquer forma de discriminação” (SILVA; LIMA, 2014, p. 87). “Os professores de classes sem inclusão diferenciam o processo na escola fundamental e na educação infantil, julgando que no último é mais fácil que ela ocorra, principalmente devido à menor discriminação nessa fase.” (DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010, p. 423)

IV- Proposta pedagógica: A construção do modelo pedagógico é muito importante para o desenvolvimento das aulas de uma escola. De acordo com a revisão feita nos artigos, alguns são feitos de maneira generalista, superficial e distante da realidade da instituição, o que pode dificultar o trabalho que o docente irá desenvolver. A importância de ser um modelo de acordo com as necessidades institucionais é que é importante a mediação pedagógica no desenvolvimento psicossocial do aluno em qualquer âmbito escolar, como mostram os exemplos: “A proposta pedagógica baseada na criança com deficiência deve ir ao encontro de suas necessidades e dificuldades, (SALAMANCA, 1994, apud OLIVEIRA, 2017, p.494). “Pôde-se constatar que, de modo geral, a inclusão escolar do PPC é vista pelos professores como uma ação muito mais “humanitária” do que realmente educacional. ” (DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010, p. 421).

Categoria II: *Desafios para a atuação dos professores na perspectiva da educação inclusiva:*

A análise do conteúdo determinou as seguintes subcategorias:

I- Formação/prática:

Encontram-se nesta subcategoria artigos que mostram que professores se sentem perdidos ao lidar com a diversidade em sala de aula. Diante disso, o cuidado necessário para essas crianças pode estar em risco. Acontecem procedimentos inadequados, que desrespeitam claramente o direito da criança com deficiência ao auxílio que necessitam, a pesquisa mostra que, alguns professores têm conhecimento precário/desconhecimento sobre o tema inclusão.

. Isto pode ser visto como uma consequência dos problemas relativos às deficiências na formação dos professores, haja vista que existe uma lacuna entre a formação e a prática, o que sugere a necessidade de formação continuada para o docente poder atuar com alunos com NEE, ainda que há pouca valorização na formação acadêmica do professor, como é possível verificar mediante as seguintes afirmativas que constavam nos artigos analisados: “É necessário que o educador esteja sempre em formação, levando em consideração que cada turma tem suas características e não cabe mais esperar fórmulas prontas.” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p.1429). “[...]ficam evidentes as dicotomias e contradições nos direcionamentos e no entendimento sobre a formação de professores. (OLIVEIRA, 2017, p. 500). “Os autores concluíram que os professores se sentem perdidos ao lidar com a diversidade em sala de aula, porque ainda existe lacuna entre a formação e a atuação prática” (CARVALHO; COELHO; TOLOCKA, 2016, p. 723). “É necessário também que ações para a formação profissional diminuam essa dicotomia, propiciando aplicações práticas e soluções para problemas vividos pelos profissionais em seu dia a dia” (CARVALHO; COELHO; TOLOCKA, 2016). “A formação continuada e a especialização são duas modalidades bastante citadas e que, na opinião deles poderia auxiliar para a efetividade da educação inclusiva” (DE VITTA; DE VITTA; MONTEIRO, 2010, p.424). “É preciso investir na formação do educador para que se cumpram as demandas da Educação Infantil. (PEREIRA; MATSUKURA, p. 140).

II- Tempo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual: Essa subcategoria compreende as afirmativas que versam sobre as possibilidades de aprendizagem da criança com deficiência como um desafio para o professor de educação infantil. A criança com deficiência intelectual encontra maiores dificuldades de aprendizagem, quando comparadas às com deficiência física, haja vista que o tempo da criança com deficiência intelectual para o desenvolvimento das atividades propostas é diferente do tempo das outras crianças. “[...]tendo sempre em mente que as escolas e creches devem “reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos,

adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos” (SALAMANCA, 1994, apud OLIVEIRA, 2017, p. 494). “Seu tempo revelava-se diferente dos tempos das outras crianças, sua capacidade de concentração também variava” (SPEROTO, 2012, p. 14). “Para acontecer realmente uma educação inclusiva, juntamente com o processo de ensino aprendizagem destacando a partir dessa pesquisa, deve ocorrer a aprendizagem de ensino de forma significativa com a inclusão” (BRITO, 2015, p. 89).

III- Dicotomia entre o cuidar e o educar da criança com deficiência: Aqui destacaram-se artigos que mostram a dicotomia entre o cuidar e o educar da criança com deficiência na educação infantil como uma associação entre o atendimento as crianças e o assistencialismo, nessa faixa etária. Como mostram os exemplos: “Diante da história da Educação Infantil, percebe-se uma profunda ligação do atendimento às crianças com o assistencialismo” (FACHINETTI; NASCIMENTO; GIROTO, 2016, p. 576). “A dicotomia entre o cuidar e o educar está muito presente na prática dos profissionais da Educação Infantil. ” (FACHINETTI; NASCIMENTO; GIROTO, 2016, p.876).

IV- Insegurança e baixa expectativa de auto eficácia: Inclui artigos que mostram que há uma baixa expectativa de auto eficácia do professor em sala de aula, motivando insegurança em relação às práticas referentes à inclusão na educação infantil. Exemplo: “Mesmo com os sentimentos iniciais de medo e insegurança para trabalhar com um aluno “diferente”, ela conseguiu desenvolver uma relação baseada no afeto, no carinho e no conhecimento sobre o seu jeito de agir” (SANINI; BOSA, 2015, p.180). “A literatura sobre auto eficácia ressalta que este é um recurso pessoal que está relacionado à crença na possibilidade de poder organizar e implementar ações, influenciando a motivação e o bem-estar pessoal no seu trabalho” (SANINI; BOSA, 2015, p 180). “No que se refere ao senso de auto eficácia foi possível identificar, em alguns aspectos, uma baixa expectativa de eficácia por parte da educadora, evidenciada pela pouca valorização de sua formação acadêmica e do conhecimento que possuía” (SANINI; BOSA, 2015, p. 181).

Categoria III- Estratégias para favorecer a inclusão das pessoas com NEE;

I- Gestão e políticas públicas pela educação inclusiva: Nessa subcategoria foram encontrados artigos que revelam que é indispensável enriquecer diálogos entre diferentes setores da sociedade para diminuir o distanciamento entre a legislação e a prática pedagógica no que tangenciam o processo de inclusão. É necessário que haja uma busca pelo conhecimento das políticas públicas por parte de quem participa ativamente nesse processo. Embora, alguns autores mencionam que professores não procuram leis que enfatizam o processo de inclusão. Sem o

conhecimento necessário se torna mais difícil cobrar do poder público ações que melhorem o acolhimento dessas crianças a partir do que a lei defende. Visto que, segundo a pesquisa feita, crianças com necessidades especiais da educação infantil estão invisíveis diante dos olhos dos gestores municipais. Exemplos: “Se tomarmos como parâmetro as unidades do Proinfância, poderemos dizer que as crianças com necessidades especiais da Educação Infantil estão invisíveis diante dos olhos dos gestores municipais. ” (OLIVEIRA, 2017, p. 498). “Torna-se urgente a abertura de diálogo entre a academia, o poder público e diferentes setores da sociedade, principalmente os relacionados de forma direta à educação.” (CARVALHO; COELHO; TOLOCKA, 2016, p. 723).

II- A família na inclusão do aluno deficiente na escola: Inclui artigos em que os autores demonstram que aceitação pelos pais de que as crianças com NEE podem frequentar uma escola regular facilita o processo de inclusão na educação infantil, em virtude de que a participação da família contribui para o desenvolvimento do aluno deficiente. O oposto acontece pela falta de informações dos pais das crianças com necessidades educacionais especiais, tornando difícil esse processo inclusivo, no dia a dia. Exemplo: “Outro fator é a não aceitação de muitos pais ao processo de inclusão, pois acreditam que seus filhos serão prejudicados. ” (SILVA; LIMA, 2014, p. 87). “[...] criando uma rede de apoio com alunos, docentes, gestores escolares e principalmente as famílias para que assim se tenha um retorno de uma educação inclusiva de qualidade na instituição. (BRITO, 2015, p. 89) “A exigência de documentos no ato da pré-matrícula ou da matrícula é um procedimento que assegura à escola a fidedignidade dos dados da criança informados pelos pais ou responsáveis. ” (OLIVEIRA, 2017, p. 493).

III- Apoio especializado: englobam artigos que mostram que o profissional que atua com alunos com NEE sente necessidade de receber apoio e partilhar as suas dificuldades, é importante existir uma educadora especial na escola para desenvolver o trabalho em uma sala multifuncional com materiais adaptados para crianças com necessidades especiais, se houver necessidade de atendimento individual. Essa profissional exerce o papel de dar suporte a professora que estiver atuando com crianças com deficiência, para o desenvolvimento das atividades voltadas para os alunos de acordo com suas necessidades., como mostra os exemplos: “Em relação à educadora especial da instituição, esta desenvolve seu trabalho em uma sala multifuncional, tendo como suporte para desempenhar suas atividades pedagógicas com as crianças com necessidades especiais materiais adaptados. ” (SILVA; LIMA, 2014, p. 96) “A educadora especial orienta as

docentes da Escola Girassol em suas dúvidas e anseios sempre estando disponível em qualquer circunstância que lhe for solicitada” (SILVA; LIMA, 2014, p. 96).

IV- Inserir a criança com deficiência no meio social: Nessa subcategoria destacaram-se artigos que revelam que inserir a criança com deficiência no ambiente de interação com os colegas é um grande desafio da inclusão, na medida em que há necessidade de criar possibilidades de integrar socialmente a criança, à parte educacional e emocional com os colegas e professores. De acordo com o estudo feito em algumas instituições houve melhorias significativas na qualidade de interação e comunicação do educando inserido no ambiente inclusivo. A deficiência não impossibilitou na interação da criança com os colegas.

Aconteceram no meio educacional, melhorias na capacidade da turma em acolher diferenças, tornando assim a socialização como principal contribuição na inclusão da criança com deficiência. Exemplos: “A diferença é inerente à condição humana e sua valorização é fundamental para a educação, com vistas a inserir todas as crianças nas relações sociais” (MATTOS; NUEMBERG, 2011, p. 139). “). “A estratégia de intervenção principal foi a inter-regulação da participação do sujeito nas trocas sociais” (MATTOS; NUEMBERG, 2011, p. 134). “Em muitos momentos, isolar-se foi um recurso para não interagir, desencadeando rupturas em suas possibilidades de interação social” (MATTOS; NUEMBERG, 2011, p. 135). “Para incluir uma criança/aluno[...] Tem se necessidade de se criarem possibilidades que permitam que ele se integre socialmente, a parte educacional e emocional com seus colegas e professores.” (BRITO, 2015, p. 89)

V- Trabalho colaborativo, jogos, brincadeiras e brinquedos: Nessa subcategoria foram encontrados artigos que os autores manifestam que a disciplina de educação física amplia possibilidades de trabalho colaborativo na educação inclusiva, potencializam as práticas, possibilitando meios de melhorar a inclusão do aluno com deficiência. Atividades lúdicas são frequentemente adotadas nas aulas, os professores utilizam jogos, brincadeiras e brinquedos, embora o brincar ainda estar bastante presente como uma forma de preencher o tempo, como destacam os exemplos a seguir: “Nesse sentido, adaptar brinquedos aos interesses da criança pode estimular e facilitar esse processo” (MATTOS; NUEMBERG, 2011, p. 134). “A brincadeira se configurou como um canal comunicativo em que trocas sociais passaram a ser realizadas no contexto escolar.” (MATTOS; NUEMBERG, 2011, p. 138). “Foi possível notar que o brincar encontra-se bastante presente na educação infantil, porém, com grande frequência ainda tem sido

caracterizado como um preenchimento de tempo livre, não recebendo uma atenção especial do professor” (FACHINETTI; NASCIMENTO; GIROTO, 2016, p. 876).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos permitiu conhecer como diversos artigos que estão dentro dos temas inclusão e educação infantil, considerando como estas têm sido contempladas nos estudos publicados no Brasil nos últimos dez anos e assim aprofundar os conhecimentos e discussões dentro dessa área importante para o âmbito educacional.

A educação é uma modalidade de ensino de grande relevância para a educação em si, pois nela é onde se constrói o alicerce para as próximas etapas na vida acadêmica do aluno, e estando aliada a inclusão, torna-se essencial sua discussão e reflexão, no tocante a garantia de direitos para todos os alunos. A união entre a comunidade escolar e a família será de grande contribuição à inclusão da criança com deficiência. Há uma dicotomia entre o cuidar e o educar na educação infantil, a socialização se torna a principal contribuição na inclusão da criança com deficiência nessa faixa etária.

Dos onze artigos que fizeram parte da pesquisa, constatamos que os estudos de abordagem qualitativa apresentam o maior percentual (91%). Esses artigos foram analisados e separados em três categorias: a categoria I abordou os desafios para a atuação das instituições na perspectiva da educação inclusiva, a escola e a distância do ideário de inclusão, a gestão escolar diante da inclusão, a educação sem discriminação e a proposta pedagógica; a categoria II abordou os desafios para a atuação dos professores na perspectiva da educação inclusiva, da formação/prática, do tempo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual, da dicotomia entre o cuidar e o educar da criança com deficiência e a insegurança e baixa expectativa de auto eficácia; a categoria III abordou as estratégias para favorecer a inclusão das pessoas com NEE, a gestão e políticas públicas pela educação inclusiva, sobre a família na inclusão do aluno deficiente na escola, o apoio especializado, sobre inserir a criança com deficiência no meio social, o trabalho colaborativo, jogos, brincadeiras e brinquedos e flexibilizar práticas.

Embora existindo políticas públicas que defendam a matrícula das crianças com NEE em sala regular, os artigos pesquisados mostram que as escolas estão distantes de ter o espaço físico ideal para acolher e incluir as crianças socialmente, são poucos os professores que se sentem preparados para atuarem na educação inclusiva, a equipe diretiva não tem conhecimento ou conhecem superficialmente o termo inclusão. As ações do diretor, como também da equipe que pode dar apoio, ao professor é muito importante e necessário para que a inclusão aconteça com sucesso.

Diante da revisão realizada na internet no portal de periódicos CAPES/ MEC para este trabalho, foi possível uma análise sobre diversas temas relacionados a educação infantil e inclusão, onde pode servir de aprimoramento em busca de um maior conhecimento desse tema para os profissionais que compõem a educação como um todo, buscando sempre a formação de cidadãos participativos e ativos na sociedade. Notou-se uma deficiência em vários aspectos no que se refere a educação inclusiva na educação infantil, mesmo que haja uma série de documentos nacionais e internacionais que defendem o direito do aluno deficiente. As instituições não estão com o espaço físico adaptado para a acessibilidade dos deficientes físicos, há uma deficiência na formação dos professores.

7 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf> Acesso em: 08 fev. 2018

BARDIN, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BARROS, M. D. **Educação infantil: o que diz a legislação**, 2008 Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/168958/artigos-educacao-infantil-o-que-diz-a-legislacao>. Acesso em: 30 de jan. de 2018.

BIAGGIO, R. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista Criança do Professor de Educação Infantil, Ministério da Educação – Coordenação-Geral de Educação Infantil, São Paulo, 2007.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília; MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf, 26/11/2017.

_____. **LDBEN. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, art. 58, Brasília: MEC 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Revista de educação Especial*. V. 4 - Nº 1 - Jan/Jun, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>, acesso em: 28/01/2018.

BRASIL, **orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192 . Acesso em 26/01/2018.

_____. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Brasília, 24 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em 26/01/2018.

BRASIL, – **Lei nº 12.764, PNE, Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Educação- 2011-2020- Metas e Estratégias, 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf

BREITENBACH F. V; HONNEF, C; TONE, F. **Adela Journal of Research in Special Educational Needs (jorsen)** Volume 16, 2016. Disponível em: https://proandee.weebly.com/uploads/1/6/4/6/16461788/2015-journal_of_research_in_special_educational_needs_atas.pdf. Acesso em: 26/01/2018.

BRITO, R.B. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop- Mato Grosso**, Revista eventos Pedagógicos.v.6, n.2, jun/jul 2015.

CARVALHO, D. M.; COELHO, V. A. C.; TOLOCKA, R. E. **Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular**. Revista Educação e Pesquisa, v. 42, n. 3, jul/set p. 713-726, São Paulo, 2016.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, L. R.L. **Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua** Revista Sinalizar, v.1, n.2, p. 190-203, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/41493>. Acesso em: 04 de fev. de 2018.

ELEOTERO, E. M.; MENDES, G. M. L, **A inclusão de crianças com deficiências nas creches do município de Florianópolis: limites e possibilidades**. . in: Monografia apresentada (Especialização em Educação Inclusiva), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011) Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Elizabeth-Maria-Eleotero.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2018

ESPÍNDOLA, Y. X. **Educação Especial – desafios em busca da inclusão**. Revista Espaço acadêmico, nº 100, set de 2009.

FACHINETTI, T. A.; NASCIMENTO, B. A. B; GIROTO, C. R. M. **O trabalho pedagógico para alunos público-alvo da educação especial: investigando a inclusão na educação infantil**. Riae- Revista Ibero- Americana de estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, 2016.

FILHO, A. V. C.; FERREIRA, G. **Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência / Social Movements and Leadership of Person with Disability**, SER Social, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. Brasília, 2013. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/9599/7136. Acesso em: 08 de mar. de 2018

HEREDERO, E. S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

JUNIOR, R. B. **Portadores de necessidades especiais – 2. Ed.**, São Paulo; Atlas, 2010.

LIMA, R. F.; LEAL, F. L. M.; SOARES, L.M.R. **Educação infantil construindo caminhos**, Campina Grande, EDUEFCG,2011, 265p.

LOPES, L. M. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular**. 2112. 56 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

MACHIORI, A. F. FRANÇA, C. A. A. **A inclusão na educação infantil de Vitória: contribuições da educação física.** Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa de Educação na Pequena Infância, v. 17, n.32 p.292-316, jul-dez, Florianópolis, 2015.

MATTOS, L. K; NUEMBERG, A. H. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.** Revista Educação Especial, v. 24, n. 39, jan/abr, 2011.

MENDES, E. G. L. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set /dez. 2006.

NASCIMENTO, B. A. B.; GIROTO, C. R. M. **Inclusão e educação infantil no Brasil.** Journal of Research in Special Educational Needs, 2016.

OLIVEIRA, L. G. P. **A inclusão na educação infantil – unidades do proinfância.** Revista Contemporânea da Educação, vol. 12, n. 25, set /dez, 2017.

PEREIRA, P. C; MATSUKURA, T. S. **Inclusão escolar e educação infantil: um estudo de caso.** Revista Educação Especial. v.26. n.45, p.125-144, 2013.

RABELO, Dayane Bollis. **O bebê surdo na educação infantil: um olhar sobre inclusão e práticas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/07/dayane-bollis-rabelo-ivone-martins-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da educação especial. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU.** REI- Revista de Educação do IDEAU. Vol. 5 – Nº 12 - Julho – Dezembro, 2010. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf, acesso em: 23/11/2017.

SANINI, C.; BOSA, A. B. **Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e autoeficácia da educadora.** Estudos de Psicologia, julho a setembro, 2015

SANTOS, C. S.; ALMEIDA, Y. S. **Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas.** RPGE- revista online de Políticas e gestão Educacional, v. 1, n. 3 , p. 1423- 1432, jul/dez, 2017

SANTOS, A. R. S.; TELES, M. T. UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

SILVA, A. B. et al. **Mães Ouvintes com Filhos Surdos: Concepção de Surdez e Escolha da Modalidade de Linguagem.** Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa Vol. 23 n. 3, pp. 279-286, Jul-Set, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a06v23n3.pdf>, acesso em: 04 de fev. de 2018.

SILVA, Helena Aparecida. **Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real.** in: Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano, Lins, SP, 2010,49p. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/49222.pdf> acesso em: 15/10/2017.

SILVA, L. C.; LIMA, G. E. **Educação infantil nos desdobramentos do processo de inclusão: Perspectivas de professores e equipe gestora.** Revista de Gestão e Avaliação Educacional, v. 3 – n. 8 jul/dez, Santa Maria, 2014.

SILVA, O. S.; VITÓRIA, M.I.C. **Noções de inclusão e diversidade: A percepção das crianças de duas turmas de educação infantil.** Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Anais Eletrônicos, 2014.

SOUSA, L.O. **A Inclusão Escolar no Educação Infantil Contexto da.** Revista Fundação Aprender, 6ª edição, 2012. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=88>

SPEROTO, J. L. M; CARLESSO, D. **Inclusão na educação infantil: a experiência de uma criança com síndrome de down.** Artigo (Especialização em Educação Infantil) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Desenvolvimento Infantil, Florianópolis, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

VYGOTSKY, L. S, **Pensamento e linguagem.** Tradução J. L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1962), 1987.

VENTURA, S. S; PAULETTI, C. J. **Pneumonia associada à ventilação (PAVM) em UTI pediátrica: uma revisão integrativa.** Rev Bras Cien Med Saúde.; p. 35-43, 2011

VITTA, F.C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Revista Brasileira de Educação especial, v. 16, n. 3, set/dez, 2016